

PODEMOS FALAR DE UMA PERIFERIA FRACTAL? ALGUMAS EVIDÊNCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – MG.

Thiago Canettieri

Professor de Geografia no IFMG/Ouro Preto. Doutorando em Geografia na UFMG  
(thiago.canettieri@gmail.com)

## Introdução

A partir do século XXI tem se observado uma nova de produzir o espaço metropolitano que reflete diretamente na sua forma urbana e sua organização espacial. Essa nova forma ganha várias alcunhas: urbanização fractal, edgless city, cidade difusa, fragmentada, dispersa, extensiva, reticular, entre vários outros. Autores como Soja (2008), Tonucci (2009) e Limonad e Costa (2014) apresentam essa nova forma como sendo essencialmente dispersa e fragmentada territorialmente, com uma forma mais líquida se podemos apropriar-nos da ideia de Bauman (2000). Dessa forma, temos que, de maneira geral, a forma que organiza a urbanização contemporânea na metrópole é, como discutido, essencialmente fractal. Com isso destacamos esse seu caráter fragmentado, desconexo e mutável. Não como um mosaico, analogia utilizada durante a década de 1980 pelos urbanistas, mas, na verdade como um caleidoscópio. Mas é preciso definir melhor essa dimensão, em especial tendo como ponto de partida a dimensão da ontologia da expulsão nas cidades contemporâneas. Dessa forma, propõe-se aqui, para designar de forma melhor qualificada essa urbanização, para melhor definir a dimensão da produção dessas novas periferias, o uso da ideia da periferia fractal.

A ideia de periferia fractal, como será discutido, acreditamos que permite captar o movimento de dispersão do tecido urbano ao mesmo tempo que não se desfaz na ideia de uma metrópole anuclear, destacando que ainda é reproduzido a noção de centro e a noção de periferia.

Limonad e Costa (2014) partem da reflexão sobre a existência de uma diferenciação que tem ocorrido no campo conceitual na pesquisa urbana: a oposição da ideia de “edgeless cities” e a manutenção dos modelos centro-periferia. As autoras apresentam que essa questão surge exatamente por ocorrer uma expressiva mudança na organização do espaço metropolitano a partir da terceira revolução industrial – acentuada no século XXI – que afeta a distribuição da população e a produção do espaço, desafiando os conceitos estabelecidos que são usados para se referir a esses espaços. Muito tem sido escrito sobre a incapacidade de se manter as categorias, amplamente utilizadas nas décadas de 1970 e 1980, de centro-periferia. Segundo as autoras “[...] contemporary urban and metropolitan sprawl defies previous centre-periphery correlations” (LIMONAD; COSTA, 2014, p.118).

Dessa forma, é necessário o esforço analítico para compreender os processos que as metrópoles brasileiras tem sofrido e como isso incide na nossa prática analítica do espaço. A ideia de periferia fractal, ainda que numa etapa muito inicial, pode oferecer isso.

A proposta do conceito surge a partir das evidências empíricas encontradas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir da pesquisa de mestrado (CANETTIERI, 2014). Os dados apresentados neste trabalho referem-se ao censo demográfico do IBGE trabalhados espacialmente e observados a partir da metodologia da linha de pobreza absoluta como determinada pelo trabalho de Rocha (2008). O valor para o ano de 2000 foi colocado em R\$116,43 e, para o ano de 2010, R\$248,13. Obtida as informações da população abaixo da linha de pobreza foi mapeado a concentração dessas pessoas na Região Metropolitana de Belo Horizonte conjugado com a análise da expansão urbana na RMBH.

### **O debate sobre a urbanização fractal**

É inegável que vem ocorrendo uma reorganização espacial das metrópoles em escalas diferentes, bem como a imposição de novas lógicas sociais e espaciais que estão em jogo na produção do espaço na primeira década do século XXI. Ainda deve ser reconhecido que essas novas estruturas desafiam as tradicionais interpretações e paradigmas necessitando novo esforço analítico para compreender a realidade urbana que vem se desdobrando na atualidade.

Nesse processo, a cidade industrial passa a anunciar e enunciar o que Lefebvre (2008) denomina de *zona crítica*. Lefebvre (2008) recorre então à metáfora da implosão-explosão da cidade (já iniciada com a industrialização, mas só aqui consumada), em que, ao mesmo tempo, acontece a intensa concentração de pessoas, atividades, capital, instrumentos, técnicas, pensamento e a projeção de fragmentos da cidade, múltiplos e disjuntos, por todo o espaço. Neste sentido, analisa Tonucci (2013) a cidade industrial enorme e conurbada que precede e anuncia a zona crítica de passagem da cidade industrial ao urbano. A realidade urbana (induzida pela industrialização) torna-se causa indutora, e a problemática urbana impõe-se em escala mundial. Essa nova realidade urbana modifica as relações de produção – mas não as transforma – e torna-se força produtiva.

Pode-se, frente a isso, abordar a ideia de cidade fractal, momento em que se a cidade se torna fragmentada e articulada, dispersa e centralizada. A ideia da cidade fractal surge no trabalho de Soja (2008), estando ligada à noção de pós-metrópole. A cidade fractal

faz parte dos ‘discursos’ que dão forma à “*Postmetropolis*”. A fractalização da cidade (e da metrópole) é um acontecimento em que ocorre um processo de urbanização reestruturado de forma a reorganizar os fragmentos multiarticulados em diversas escalas e intensidades. O mosaico da cidade fordista torna-se um caleidoscópio (MONTE-MÓR, 2006). Essa alteração, segundo Monte-Mór (2006, p.80), faz com que a cada mudança conjuntural expressiva as peças que organizam a metrópole “saíam do lugar” e, dessa maneira, o “novo aparece no espaço urbano-regional”. O argumento subjacente à ideia da metrópole fractal está em destacar a fragmentação e dispersão do ambiente construído no espaço regional, com forte aspecto da segregação socioespacial. Isso acaba por criar diversas polaridades que são, embora de forma velada, interdependentes.

Coincide, esse momento, como é demonstrado por Harvey (2010), com o desenvolvimento do capital financeiro. Assim, a produção do urbano e das cidades não foi diferente. Apoiados no keynesianismo, o capital urbanizou-se intensamente e configurou a cidade como um artefato de consumo. A forma das cidades é alterada essencialmente. Inicia-se o processo de suburbanização, e o espaço da cidade é compactado de acordo com o uso (espaço residencial, espaço de lazer, espaço de trabalho etc.). Como lembra Harvey (2010, p.39): “Geographical dispersal and space-packing had its limits, however.” Era necessária uma nova alteração na cidade para superar essas contradições.

Para superá-las, inicia-se o que Harvey (2010) denomina de transição pós-keynesiana. A principal característica é a cidade encarnar o *zeitgeist* do capitalismo pós-moderno. Agora, em simbiose, convivem o *laissez-faire* do livre mercado e a presença do Estado planejador que atua fortemente. Kurz (2009) fala que existe um keynesianismo neoliberal, já que, para ele, as duas doutrinas “tornam-se idênticas, porque tanto o Estado como o Mercado apenas podem executar os limites da valorização do capital no corpo da sociedade”. E nisso, as cidades são fundamentais. Portanto, nesse período, acontece o *boom* urbano no planeta – tanto quantitativo como qualitativamente.

Ocorre, portanto, um intenso processo de (re)organização, (re)ordenamento e (re)produção do espaço urbano metropolitano. Ele passa a ser determinado por uma nova lógica que vem produzindo uma cidade muito mais dispersa territorialmente, como os fragmentos lançados da cidade industrial, que alcançam uma parte maior do espaço. Isso ocorre, a partir dos novos ditames e ritmos do capital, que deve se realizar a partir da urbanização (HARVEY, 2012).

## **A organização urbana da pobreza metropolitana**

O século XXI trouxe consigo mudanças fundamentais na RMBH. Segundo Tonucci (2009), a estrutura socioespacial da metrópole de Belo Horizonte começou a se fragmentar e fractalizar em complexos padrões sociais e espaciais.

O ano de 2000 revela o início desse padrão fragmentado e desconexo, embora ainda permaneça a mancha urbana do núcleo expandindo até sobre os municípios vizinhos. Essas mudanças são descritas por Mendonça (2008), que sumariza: 1) a permanente concentração das elites na zona sul da capital e sua expansão no eixo sul; 2) um contínuo espraiamento do setor médio nos bairros pericentrais de Belo Horizonte e no Vetor Oeste; 3) a consolidação da periferia no Vetor Norte da RMBH.

No entanto, a partir de 2004, iniciou-se um intenso processo de reestruturação econômica e socioespacial no Vetor Norte da RMBH. Nesse processo inclui-se uma série de projetos de investimentos públicos e privados que devem somar mais de R\$ 3 bilhões até 2010 e que incluem: a transformação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Aeroporto Industrial; a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais; a instalação de um parque tecnológico BH-TEC na Pampulha; e a criação de um polo de semicondutores e de microeletrônica; além de diversos investimentos viários (Linha Verde, Rodoanel, duplicação da MG-020, duplicação da Antônio Carlos, implantação do BRT nas avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado). Todas essas intervenções são pautadas na ideologia “modernizante” do governo, que busca inserir Belo Horizonte nos circuitos internacionais do capital, atraindo investimentos produtivos. A metrópole torna-se algo a ser vendido no mercado internacional e passa a funcionar como uma empresa que busca, antes de tudo, rentabilidade.

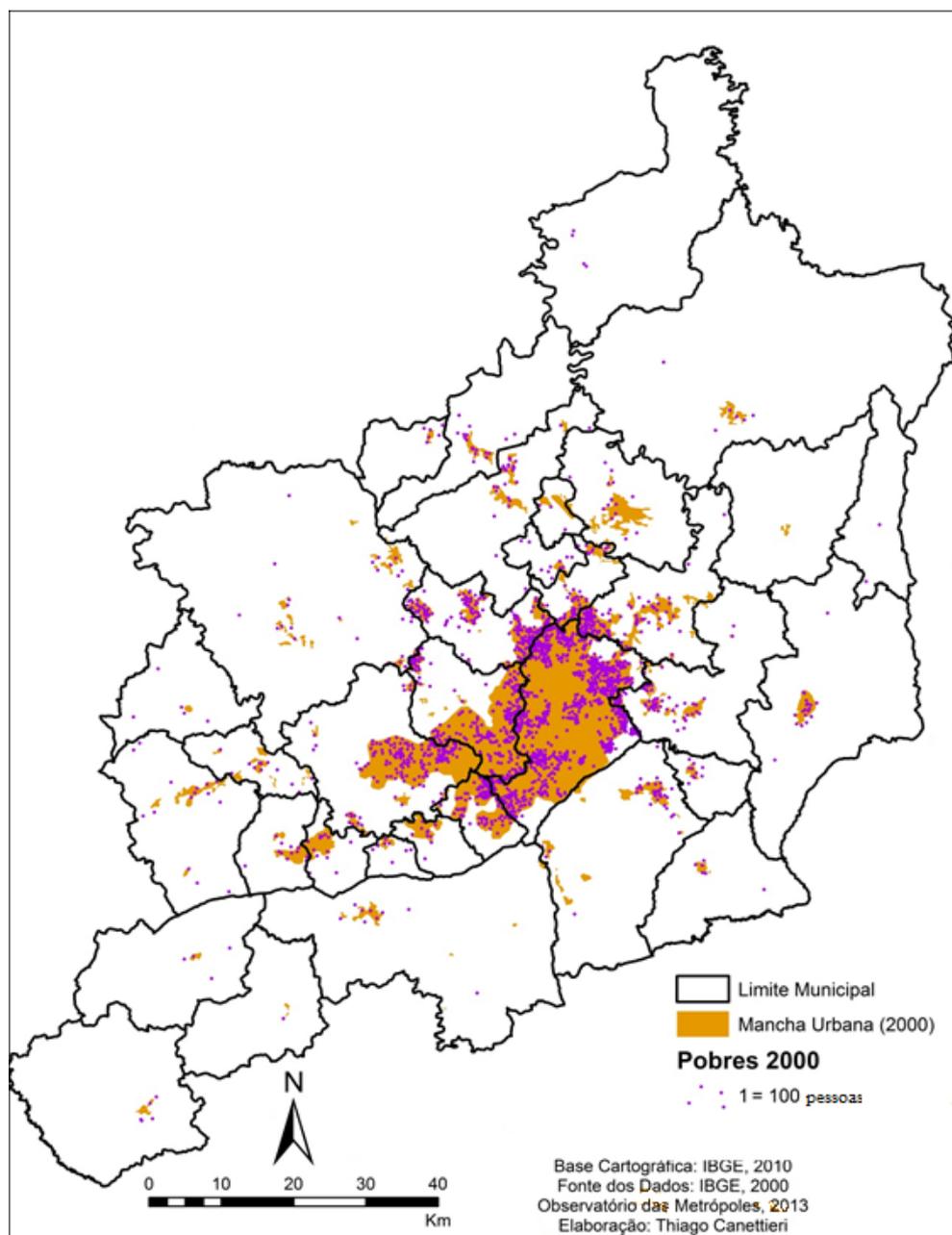
A mancha urbana da RMBH em 2010 apresenta a continuidade do processo de fractalização descrito por Tonucci (2009) iniciado no século XXI. Essa forma da mancha urbana torna-se ainda mais dispersa no território por meio de um duplo movimento: tanto o crescimento das áreas já urbanas como também a urbanização de áreas antes ‘não urbanas’. Assim, cada vez mais intensamente a RMBH torna-se urbanizada extensivamente, como descrito por Monte-Mór (2006). Essas novas tendências do processo de urbanização metropolitana alteram o tradicional mapa da organização socioespacial, que é pensada ainda hoje em uma escala reduzida da real dimensão metropolitana (TONUCCI, 2013). É ainda um fenômeno recente e ainda pouco explorado na literatura sobre a RMBH na primeira década do

século XXI. No entanto, algumas considerações já são compartilhadas pelos que estudam a metrópole belo-horizontina, como no texto de Diniz e Andrade (2014).

Destaca-se ainda, como descrito por Monte-Mór (2006), que o fenômeno contemporâneo da urbanização extensiva está ligado à formação de uma paisagem urbana metropolitana cada vez mais ampla e difusa. Isso se deve à criação de um desenvolvido sistema de vias rápidas e de infraestrutura viária, somado à crescente motorização individual da sociedade, ampliando, portanto, a acessibilidade a áreas da metrópole cada vez mais distantes.

Para observar esse processo, a seguir, é apresentado o mapa que mostra a mancha urbana metropolitana da RMBH em 2000 junto com os dados referente à densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH.

Mapa 01: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH e a mancha urbana metropolitana no ano de 2000



O que se observa no mapa é a predominância praticamente absoluta da pobreza nas áreas urbanizadas. Deve ser destacado que a pobreza segue, em grande medida, o padrão de dispersão da mancha urbana. Ou seja, a mancha urbana em 2000, que é praticamente toda ela contígua à mancha urbana de Belo Horizonte, e que acabou por invadir os outros

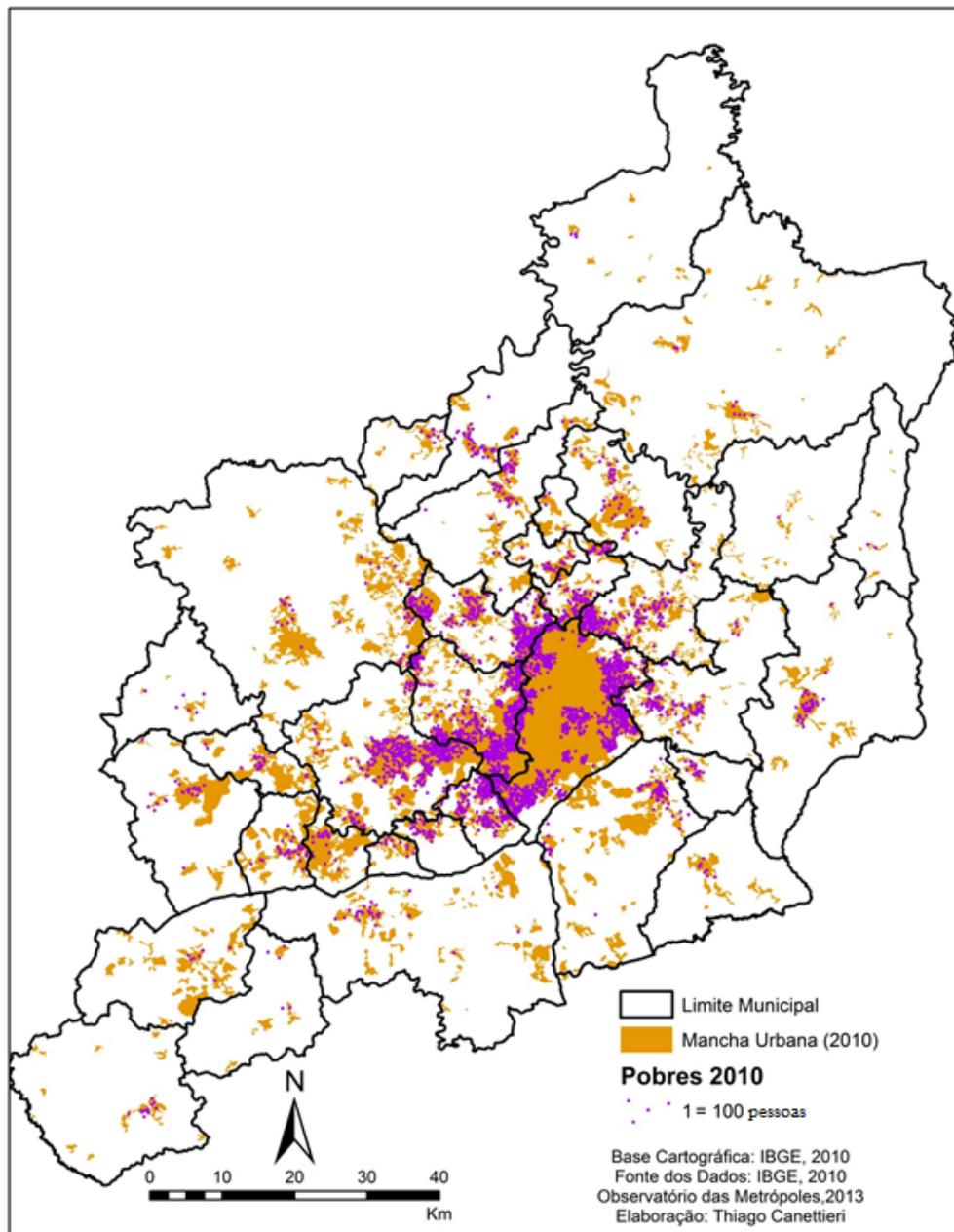
municípios, concentra a população pobre nos seus limites, no que a literatura denomina de franja urbana.

Para o ano de 2010, o mapa apresenta significativas alterações na distribuição da população em situação de pobreza na RMBH.

Nota-se que a população pobre no ano de 2010 está mais distribuída no território, apresentando-se de forma espalhada. Essa dispersão ocorreu principalmente nas orientações norte, noroeste, oeste e sudoeste. Mesmo com o número de pessoas consideradas pobres sendo reduzido entre 2000 e 2010, a sua distribuição espacial tornou-se mais ampla. Também em 2010, a pobreza não tende mais à concentração como em 2000, ela é mais descontínua, embora ainda coexista com uma porção concentrada, em especial nas periferias da capital, transbordando para os outros municípios.

Como realizado para o ano de 2000, o mapa a seguir mostra a distribuição da pobreza pela RMBH tendo como base da análise a mancha urbana metropolitana para o ano de 2010.

Mapa 02: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH e a mancha urbana metropolitana no ano de 2010



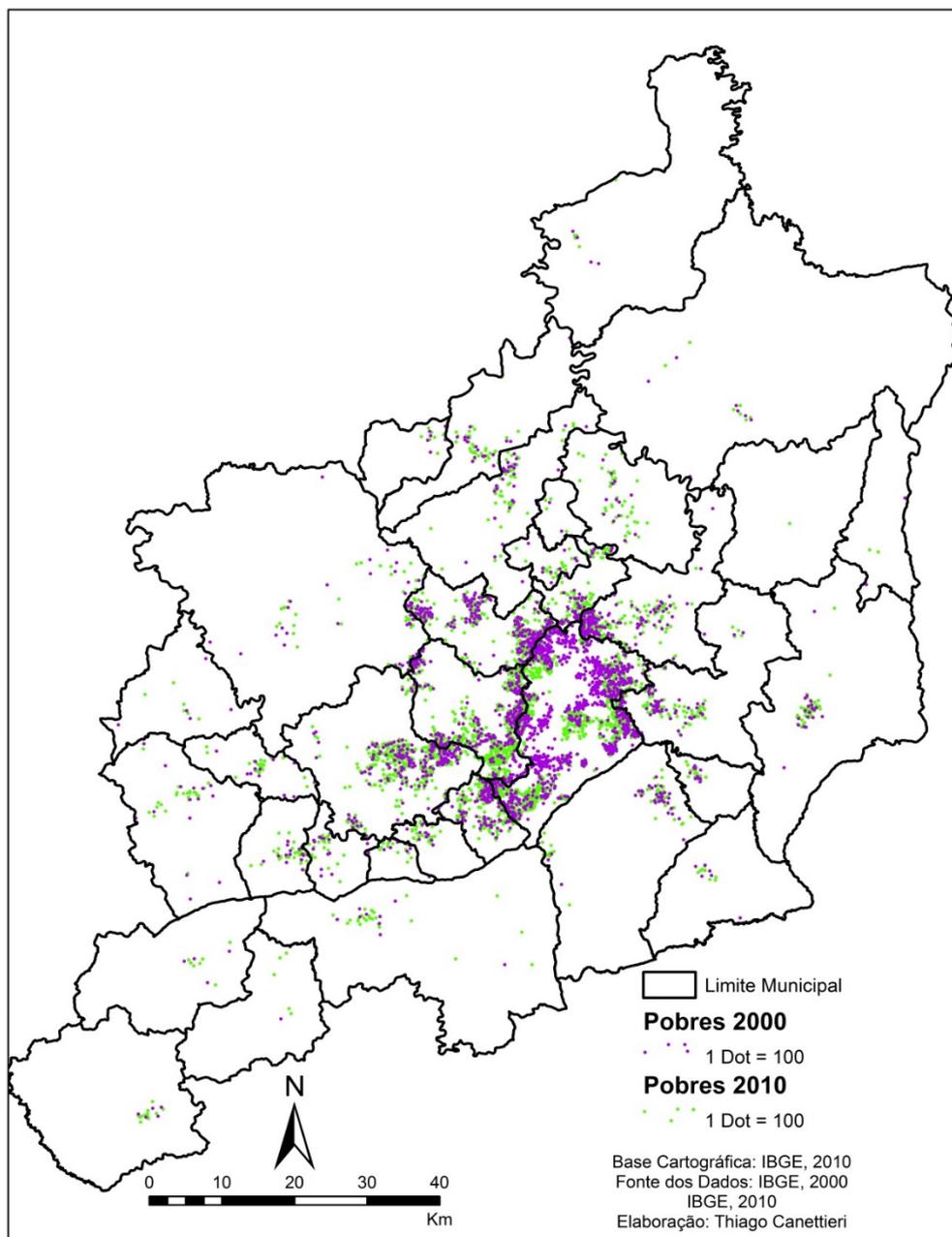
Observa-se neste mapa, portanto, que a pobreza acompanha a urbanização ou é acompanhada por ela. Como descrito anteriormente, a urbanização toma uma forma fractal

(TONUCCI, 2009; SOJA, 2008) e, pela análise do mapa a seguir, pode-se concluir que a pobreza possui padrão espacial muito semelhante.

A pobreza passa a ter uma forma mais dispersa no território, mais fragmentada e desconexa, como a própria forma da urbanização. Com as informações disponíveis no momento não é possível estabelecer uma conexão causal entre pobre-urbanização (o que veio primeiro). Talvez seja o caso de reconhecer o caráter dialético dessa relação e de assumir esse fenômeno como concomitante. Ermínia de Maricato (2009) chama esse processo de urbanização dos baixos salários para adequar o termo “urbanização da pobreza”.

Essa mudança dos padrões da organização espacial da pobreza pode ser ainda melhor percebida quando sobrepostos os dois anos. Dessa forma é possível uma análise de conjunto do processo têmporo-espacial que permite visualizar a dinâmica socioespacial.

Mapa 03: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH no ano de 2000 e 2010



Percebe-se neste mapa como a distribuição espacial dos pobres em 2010 é muito mais dispersa, fragmentada e desconexa territorialmente do que observado em 2000. Embora ainda exista, em 2010, considerável concentração da pobreza na área de fronteira do município de Belo Horizonte, a análise geral da RMBH como um todo indica essa dispersão da pobreza.

Forma-se, assim, uma nova periferia metropolitana. Uma periferia fractal.

### As periferias fractais

Não faltam, como observado, evidências da fragmentação e dispersão da expansão urbana que tem levado as ideias de cidade-região (SOJA, 2008); Edgeless cities (LANG, 2003), ou, ainda, urbanização fractal. No entanto, Limonad e Costa (2014) fazem uma pergunta essencial: “Has the idea of centre and centrality expired? Or has it acquired new meaning?” O argumento que se pretende ser construído é que, apesar das novas formas urbanas (fragmentada, dispersa, extensiva, difusas, reticular, fractais) o conceito centro-periferia continua sendo imprescindível na explicação do fenômeno urbano contemporâneo. Portanto, é necessário entender essa nova forma a partir de um olhar a partir da resignificação das noções de centro-periferia.

Não é possível abandonar essa conceituação, como apontou Lefebvre (2008) enquanto tratar-se das cidades capitalistas, por causa de sua lógica inerente: o capital tende a se concentrar e, para isso, pressupõe a reprodução de desigualdades, em escalas cada vez mais amplas, que passa a ser materializada nas cidades, visualizadas através da dimensão do centro e da periferia. Os mapas apresentados para a RMBH demonstram essa dimensão, em que a população pobre tende a estar localizada nas partes mais distantes da área central e do município polo de Belo Horizonte em um claro processo de elitização do centro e de aumento da incidência de pobreza nas periferias.

Portanto o crescimento da complexidade e diversificação dos processos materiais e imateriais na produção do espaço metropolitano leva a uma redefinição da relação centro-periferia que pretende ser possível compreender a partir da ideia de periferias fractais.

O conceito de nova periferia metropolitana fractal deve ser capaz de apresentar dois elementos centrais que parecem ser a tendência da forma de urbanização contemporânea. Primeiro, a expansão dessas periferias é marcadamente realizada a partir da pobreza. Segundo, a organização espacial assume uma forma dispersa e desconexa no território, embora seja, no todo metropolitano, articulada (materialmente por vias de acesso, mas também simbolicamente, por uma cadeia de sentido). E, por fim, tenta levantar a noção de uma periferização caleidoscópica, que se altera, que é dinâmica e fluida, segundo os ditames imperativos da organização do capital.

Sobre isso, é interessante destacar como esse processo foi sendo alterado ao longo dos anos. Analisando a organização da estrutura sócio-ocupacional da população da RMBH em 2000, Mendonça (2008, p.148) afirma:

O que se observa na metrópole belo-horizontina é um continuum territorial, em que, de um lado, espaços superiores vão se expandido no sentido da Lagoa da Pampulha e na direção sul e, de outro, espaços também contíguos, populares e cada vez mais periféricos expandem-se nas direções norte e oeste.

Essa organização indica uma ideia de periferia contínua. A pobreza urbana tende a estar concentrada próxima ao centro e a expandir-se num *continuum* urbanizado. Essa ideia foi descrita por Milton Santos (1978), que teoriza que o lugar de moradia dos pobres é praticamente contínuo à mancha urbana do centro, sendo que eles fazem o papel de extensores do tecido urbano por meio dos movimentos reivindicativos, sendo expulsos para locais cada vez mais distantes.

Até 2000 essa ideia de Santos (1978) era representada na RMBH pelos processos socioespaciais. No entanto, pela análise dos dados do censo de 2010, a organização da estrutura espacial da metrópole altera-se: o que se tem é a dispersão das periferias. A pobreza é pulverizada pelo espaço. A metrópole é fragmentada em pontos desconexos territorialmente, mas, ao mesmo tempo, integrados no todo, que é a metrópole.

O que se observa, ainda como uma tendência, é a formação de uma estrutura socioespacial mais complexa, fragmentada e dispersa, fractalizada no território. A pós-metrópole é mais do que um discurso, ela se torna materializada por meio da fractalização da periferia que obriga os pobres a, cada vez mais, residirem em áreas distantes. Assim, em uma visão macro, o distanciamento social entre centro e periferia continua a ser aprofundado.

Como observado, a pobreza torna-se dispersa no território. Fala-se muito nas ciências que estudam as grandes cidades em descentralização, processo que seria essencial para a manutenção da vida urbana que experimenta cada dia mais as desconomias de aglomeração. Pois bem, a descentralização de fato ocorre para a pobreza. Ela está cada vez mais dispersa no território, constituindo uma forma fractal, ou seja, desconexa e espalhada no espaço. É o que Abramo (2009) denominou de cidade CON-FUSA: concentra a riqueza, ao passo que os pobres estão difusos no território.

Para atender a esse processo, pode-se falar na existência de uma estrutura (que determina tanto uma superestrutura quanto uma infraestrutura) socioecômica que age sobre a distribuição da população no espaço. Os vários processos existentes atuam em grandes

rodadas de rearranjos populacionais a fim de satisfazer determinada lógica de circulação e acumulação de capital nas metrópoles contemporâneas.

A lógica dominante é um imperativo do capital. Dado o circuito limitado do capital (ainda mais hoje, que, como descreve Harvey (2012), as taxas de lucros sofrem com a redução), a saída encontrada pelo capitalismo foi a urbanização – a produção de ambiente construído absorvendo o capital sobreacumulado de outros setores e escalas. Assim, sendo impossível urbanizar a área dos ricos mais de uma vez, a não ser por meio da intensa verticalização<sup>1</sup>, foi necessário urbanizar as periferias. Não apenas urbanizá-las, mas urbanizar as periferias e dispersá-las no território. É um processo que representa correlação com tantos outros elementos.

Alguns dos elementos que podem ser destacados contribuem para esse processo e lucram com ele: 1) ganho na indústria do transporte; 2) ganho no mercado imobiliário por intermédio da valorização e especulação; 3) ganho das indústrias de obras; 4) diminuição da necessidade de mão de obra barata graças a inovações tecnológicas no processo produtivo; 5) aumento de uma ideologia preconceituosa de higienização e segurança pública para uma elite.

Isso promove uma reorganização espacial da população pobre na metrópole. Organização essa que é relacionada a uma determinada estrutura de dominação e submissão. Os pobres são, como descreve Harvey (2012), distribuídos de acordo com a estrutura urbana que é necessária para a reprodução do capital.

Essa nova forma revela seu conteúdo de segregação. Não tão diferente de seu anterior, embora seja, de fato, ainda mais intensa. A forma com que passa a se organizar a periferia, de forma dispersa no território, é desconexa. Portanto, reinventa a forma da metrópole e, ao mesmo tempo, reproduz a lógica da segregação: são efetivamente elementos da mesma estrutura de dominação.

Considerando os modos com que se manifestam as várias determinações constitutivas da dinâmica do capital, essa reestruturação da dinâmica urbana é a expressão da dinâmica da produção capitalista do espaço.

Neste sentido, a legislação urbana (representada pelo Estado) tem fundamental papel nesse processo, bem como as diferentes partes do capital: o crédito, a incorporação

---

<sup>1</sup> A ponto que se chegou a cogitar um gigantesco arranha-céu às margens do Arruda, em Belo Horizonte, com 83 andares, maior prédio da América Latina.

imobiliária, a indústria etc. É a já discutida relação simbiote entre as várias frações do capital e o Estado.

A metrópole continua com seus ritmos de (re)produção calcados em uma série de relações sociais de trabalho que, embora com pequenas alterações, são mantidas substancialmente as mesmas. O conteúdo subjacente ao urbano continua sendo essencialmente segregador e exclusor. No entanto, em virtude da necessidade imperativa da reprodução ampliada do capital, a forma urbana teve que ser alterada.

A periferia fractal é uma resposta na forma urbana para aliviar tensões sociais intrínsecas ao funcionamento urbano no capitalismo, o que, por sua vez, garante a reprodução dessas mesmas tensões.

### **Considerações Finais**

Buscou-se sublinhar a noção de periferia fractal para designar a nova forma urbana de organização do espaço metropolitano. Ela difere substancialmente da urbanização fractal que Soja (2000) descreve para o contexto de Los Angeles. A fractalização que se observa na RMBH ocorre a partir da periferia: é exatamente o processo de periferização que fractaliza a metrópole.

Essa organização espacial é visualizada nos mapas analisados que demonstram a descontinuidade urbana relacionada diretamente com a presença de contingentes populacionais. Dessa maneira, a fractalização da periferia reproduz, em um nível mais elevado, a contradição entre centro e periferia. De tal forma, a organização espacial da metrópole é baseada, primeiramente, na segregação espacial.

A ideia de se propor um conceito de periferia fractal para designar as novas periferias metropolitanas parte da necessidade de se compreender a dinâmica que estrutura as relações de produção que produzem o espaço urbano por meio da determinação única do capital. Esse conceito reflete e, ao mesmo tempo, refrata essa realidade, o que permite deslocar o ângulo de análise para melhor compreender o processo de produção do espaço metropolitano contemporâneo.

## Referências

- ABRAMO, P. (2009) A Cidade Com-Fusa: Mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. **XIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Florianópolis: ANPUR.
- BAUMAN, Z. (2000) **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CANETTIERI, T. (2014) A Produção das Novas Periferias Metropolitanas: Migração e Expulsão dos Pobres na RMBH na Primeira Década do Século XXI. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica.
- DINIZ, A.; ANDRADE, L. (2014) O nível de integração dos municípios da RMBH. In: MENDONÇA, J. (org.) **As Transformações da Ordem Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas/Observatório das Metrôpoles.
- HARVEY, D. (1982) O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, n.6.
- HARVEY, D. (2010) **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Editora Loyola.
- HARVEY, D. (2012) **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Londres: Verso.
- KURZ, R. (2009) Keynesianismo Neoliberal. **Exit! – Crítica e Crise da Sociedade da Mercadora**, v.19.
- LANG, R. (2003) Edgeless Cities: Examining the noncentered metropolis. **Housing Policy Debate**, v.14, p.427-460.
- LEFEBVRE, H. (2008) **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LIMONAD, E; COSTA, H. (2014) Edgeless and eccentric cities or new peripheries? **Bulletin of Geography – Socio-economic Series**, n.24, p.117-134.
- MARICATO, E. (2009) Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista VeraCidade**, ano IV, nº4.
- MENDONÇA, J. (2008) Estrutura Sócioespacial da RMBH nos anos 2000: Há algo de novo? In: MENDONÇA, J.; ANDRADE, L.; FARIA, C. A. (orgs.) **Metrópole, Território e**

**Política – O Caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas / Observatório das Metrôpoles.

MONTE-MÓR, R. L. (2006) Urbanização extensiva e desconcentração econômica – A extensão das condições gerais da produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte. In: **Anais do XXVII Encontro de Economia Mineira**, Diamantina: CEDEPLAR/UFMG.

SANTOS, M. (1978) **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec.

SOJA, E. (2008) **Postmetropolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de sueños.

TONUCCI, J. (2009) Belo Horizonte – Da cidade planejada à metrópole segregada. **Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbana e Regional**. Florianópolis: ANPUR.